



Anais da Assembléia

N.º 6

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1980
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Renato Bernardi, Wilson Fortes e José Domingos (56), achando-se ausentes os Srs. Deputados José Domingos Scarpelini e Leônidas Chaves (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 01/80

Curitiba, 03 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio número 13/79, celebrado em 23 de maio de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria do Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e da Cultura, objetivando a concessão de apoio financeiro à SEED, para complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 02/80

Curitiba, 03 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo número 09, datado de 23 de maio de 1979, ao convênio celebrado em 20 de novembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura, para execução das primeiras etapas do PROJETO LOGOS II.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 03/80

Curitiba, 03 de março de 1980

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 12 de junho de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Orçamento da Secretaria do Ensino de 1.º e 2.º Graus, para o exercício de 1979.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 04/80

Curitiba, 03 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de outubro de 1979, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 05/80

Curitiba, 03 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 30 de novembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 06/80

Curitiba, 03 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio 83/79, celebrado em 07 de novembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus - Ensino Supletivo, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando promover exames de suplência profissionalizante em seis (06) modalidades, a nível de técnico de 2.º Grau.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o n.º 128/80, do Sr. Lavinho de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, comunicando aprovação do requerimento do nobre Vereador Atílio Bertochi, sobre a necessidade, conveniência e oportunidade de se destinar uma percentagem do que for arrecadado pela Loteria Esportiva para as atividades das Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor, principalmente no tocante às atividades profissionalizantes, desenvolvidas por aquelas entidades ou suas conveniadas. — Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO CAVALARI, ocorrido ontem em nossa Capital, deixando viúva a Senhora Júlia Cavaleri.

O extinto era pai da Senhora Maria Cavaleri Fagundes, funcionária deste Poder Legislativo.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência aos seus familiares, residentes nesta Capital, à Rua Osvaldo Scarpelini, 77, Jardim Vergínia II, Bairro de Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1.980.

(a) JOÃO MANSUR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de aplausos ao Ministro da Justiça, IBRAIM ABI-ACKEL, à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e aos diretores das redes brasileiras de televisão, pelo acordo de cavalheiros, ontem efetivado, no sentido de evitar a apresentação, principalmente antes das 21:00 horas, de cenas de desagregação familiar, de adultério, de abandono da família, de violência e exatenação do sexo, assim como a apresentação de delinquentes como heróis ou exemplos esporádicos de deslizes das autoridades policiais, conforme foi divulgado pela imprensa.

Esta medida se reveste de especial importância na difícil tarefa social de familiar de assegurar a boa formação das novas gerações.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa às personalidades acima referidas.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, ofício consubstanciado em apelo, no sentido de que na proposta da nova Organização e Divisão Judiciárias do Nosso Estado, seja criada comarca, com sede na Cidade de Borrazópolis.

Tal solicitação se faz, em razão do crescente desenvolvimento que vem apresentando a região do Município de Borrazópolis, comportando perfeitamente face ao seu desenvolvimento, quer econômico, social e cultural, a instalação de comarca, o que por certo irá contribuir em muito para o prosseguimento do seu desenvolvimento em prol do crescimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ofício apelando no sentido de que na proposta da nova Organização e Divisão Judiciárias do nosso Estado, seja criada comarca com sede na cidade de Piraquara, com jurisdição sobre os Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Tal apelo se faz, tendo em vista o crescente desenvolvimento que vem apresentando aquele tradicional município de nosso Estado, comportando perfeitamente, face às suas peculiaridades, quer econômicas, sociais e administrativas, a elevação à categoria de comarca, o que irá contribuir em muito para o prosseguimento do seu progresso.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO e
JOÃO MANSUR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de exercer rígida fiscalização em todas as empresas que trabalham com material explosivo, evitando desta forma novos fatos lamentáveis, que enlutam o Paraná. Ao mesmo tempo, pede rigorosa investigação,

Curitiba, quinta, em 6/3/80

no sentido de apurar as causas que culminaram com a explosão da "BRITANITE".

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados desta Casa, não estão omissos diante da triste situação criada com a explosão da BRITANITE esta manhã, em Tatuquara. Vamos procurar estabelecer critérios para exercer uma rígida fiscalização, procurando manter acesa a chama da justiça, punindo os culpados e responsabilizando a quem deva ser responsabilizado.

Inclusive manifestamos desejo de, ao lado de companheiros da Câmara Municipal, pedir urgentes providências do Sr. Prefeito Municipal, para que as firmas de inflamáveis situadas no Bairro Parolim, sejam transferidas para outra área. Também vamos solicitar urgentes medidas, visando regulamentar o transporte de material explosivo, determinando o trajeto de carga e criando normas para sua locomoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente desta Casa ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Marino Brandão, solicitando que sejam efetivados estudos pela Comissão Especial que trata da nova Divisão e Organização Judiciária do Paraná, com vistas à criação da comarca no progressista município de Capitão Leônidas Marques.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma antiga e justa reivindicação daquela próspera comuna do Oeste do Paraná, cujos serviços judiciários estão sendo atendidos pela Comarca de Cascavel, com algumas sérias deficiências em razão do elevado número de feitos daquela comarca.

Com a instalação da comarca pleiteada, seguramente atingir-se-á o ideal de uma Justiça mais rápida e portanto mais justa aos moradores de Capitão Leônidas Marques e de seus populosos distritos, evitando o difícil e longo constante deslocamento a Cascavel.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento deste requerimento ao Sr. Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, da Câmara Municipal, e Rádio Haway, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Engenheiro Euner Merlin, solicitando a construção do acesso leste à cidade de Santa Izabel do Oeste, ligando a Rodovia Franciaco Beltrão - Capanema à Rodovia Salto do Lontra - Santa Izabel do Oeste, passando pela localidade de Sarandi.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito e Vereadores de Santa Izabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O acesso à cidade de Santa Izabel do Oeste, construído entre esta cidade e a de Realeza, tornou o percurso até Santa Izabel do Oeste mais longo, em cerca de 12 quilômetros, além de ter isolado praticamente esta cidade. O novo acesso ora pleiteado diminuiria não só o percurso como também possibilitaria um novo eixo de desenvolvimento daquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, Engenheiro Douglas Souza Luz, solicitando estudos para eletrificar o Distrito de Siqueira Belo, no Município de Barracão, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Excelentíssimos Srs. Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente do BANESTADO, Jucundino Furtado, solicitando a instalação de uma agência dessa instituição bancária na localidade de São José de Itavó, Município de São Miguel do Iguacu, neste Estado, conforme justificativa que apresenta.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A localidade de São José do Itavó, uma das mais progressistas do Município de São Miguel do Iguacu, além de seu constante progresso e desenvolvimento, passará a situar-se em condição singular no contexto municipal, considerando o alargamento futuro do lago da represa de Itaipu.

A reivindicação para instalação de uma agência bancária na localidade é aspiração da população em consonância com a vereador local, José Francisco de Oliveira e o Prefeito Municipal, Albino Bissolotti, consubstanciado nos dados geográficos e sócio-econômicos que a localidade apresenta, arrolados alguns dos quais adiante.

São José do Itavó, dista da sede municipal em torno de 30 quilômetros, por estradas de chão. A população é de aproximadamente 6.500 habitantes, dos quais em torno de 2.500 são eleitores. A localidade conta com energia elétrica e o sistema de abastecimento de água em implantação.

A base econômica da localidade encontra-se assentada na agricultura, reforçada pela indústria extrativa e pelo comércio.

A infraestrutura urbana é complementada com um posto de saúde, duas escolas de primeiro grau, casas comerciais, posto de gasolina e farmácia. No aspecto social podemos citar a existência de clubes recreativos, um campo de futebol e uma quadra de futebol de salão.

Esses e outros aspectos contribuem para a fundamentação do pedido e poderão ser verificadas "in loco" pelo Departamento competente dessa instituição bancária.

Ressalte-se ainda que a instalação de uma agência bancária na localidade, não somente atenderá a população de São José do Itavó, mas igualmente as regiões circunvizinhas.

Dessa forma, solicitamos à elevada apreciação do presente pedido por parte da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, para que se efetue um estudo de viabilidade para que se consolide futuramente a instalação de uma agência, ou mesmo sub-agência do Banco do Estado do Paraná em São José do Itavó.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino (Ausente).

Antes, porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, da Senhora Marise Kirinus de Souza, Miss Paraná, que vem comparecer neste Poder Legislativo, onde nós fazemos a nossa saudação e o respeito e a admiração do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios, inscrito.
O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A finalidade de assumir a tribuna, nesta tarde, é para registrar o falecimento, em Santo Antônio da Platina, do Vigário daquela cidade, Frei João, homem de humildade conhecida por toda a população, dedicado totalmente às obras sociais, além de suas atividades sacerdotais.

Homem que teve o seu passamento dia 29 próximo passado, com apenas 45 anos de idade. Por alguns anos vigário daquela paróquia, deixou, neste breve espaço de tempo, grandes obras, marcando junto à população platinense a sua passagem, e deixando acima de tudo grandes exemplos.

Prematuramente deixou a convivência terrena, e o povo de Santo Antônio da Platina, e toda a região, altamente sentida com o seu passamento, tem sempre procurado seguir os exemplos deixados por aquela figura tão jovem. E na região também as suas obras serviram de exemplos para outros sacerdotes.

Não poderíamos deixar de registrar tal fato, porque Santo Antônio da Platina perdeu uma grande figura, e o Norte Pioneiro sentiu também o seu passamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Vou ler o manifesto da Cooperativa dos Jornalistas de Londrina, cujo Presidente é o jornalista Tadeu Felismino. (Lê): "PARANÁ REPORTER, jornal independente dos jornalistas de Londrina, está sendo perseguido pelo Prefeito Antônio Belinati.

Nossa última edição relata os acontecimentos relacionados à adesão de Belinati ao Governo, mas está praticamente impedida de chegar ao público. Usando esquemas de boicotes inéditos na história da repressão à liberdade de expressão no Brasil, ele abusa do poder da Prefeitura sobre os proprietários de bancas de jornais e revistas, para impedir que os jornaleiros levem o PARANÁ REPÓRTER à população.

Os donos de bancas estão receosos de represálias futuras, e alguns deles se recusam mesmo a receber o PARANÁ REPÓRTER em suas bancas, e outros recebem os jornais mas temem vendê-los. A maioria, porém, sabe que seu compromisso é com o leitor e não com os esquemas autoritários com que Antônio Belinati quer impedir de jornalistas fazerem jornal honesto.

Numa época de propalada abertura política, onde a liberdade de expressão deveria ser estimulada e respeitada, os grandes e pequenos autoritários buscam novas formas de esconder a verdade, já que as formas antigas, como apreensão de jornais e mesmo a prisão de jornalistas, são repudiadas pela população. É só o repúdio da população que pode nos ajudar a resistir a mais esta manifestação de autoritarismo e pedimos que o leitor procure as bancas de jornais e convença os jornaleiros de que seu compromisso é com você, leitor!

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há uma frase que dá uma definição exata do atual quadro político:

"HÁ UM MÍNIMO DE DIGNIDADE QUE O HOMEM NÃO PODE NEGOCIAR, NEM EM TROCA DA LIBERDADE".

É uma expressão que se adapta de forma total, absoluta e integral, ao quadro-negro da política paranaense, em especial, Londrina.

Em Londrina, a dignidade foi atirada num cesto de lixo. Predominou o espírito mercantilista. Já disse e repito: são moderados todos aqueles que têm medo ou todos aqueles que, de algum modo, pensam trair. Em Londrina, todos que estavam expostos na prateleira da liquidação, foram arrematados. Como no exemplo bíblico, aos 30 dinheiros foram acrescentados juros e correção monetária.

E os judas, formam hoje, o enorme bloco da traição.

E por muitos e muitos sábados de aleluia, serão execrados e amaldiçoados pelo povo.

Hoje o PMDB de Londrina respira um ar despoluído, purificado, livre dos detritos.

Ficaram os que têm dignidade, ficaram os que têm autoridade moral, comportamento político, respeitabilidade, decência. Debandaram aqueles que nunca leram a cartilha do berço. Pularam da canoa os camaleônicos. Aqueles que adaptam sua opinião aos interesses do momento, que assumem o caráter conveniente aos seus interesses.

E nesse leilão, COMENTAM que órgãos oficiais como BADEP, COPEL, BANESTADO, tiveram que ampliar a relação dos cabides-de-emprego.

O Prefeito de Londrina disse na imprensa que foi obrigado a mudar de partido, pois o Governo ameaçava cortar financiamentos, e se isso ocorresse, as obras seriam paralizadas. Isso prova a corrupção. A ditadura destrói. As verbas de "fundo perdido", como por encanto, apareceram.

O quadro político de Londrina deve ser analisado isoladamente. Londrina sempre foi, é, e continuará sendo oposição. O Governador conseguiu o que queria, mas pergunto: e o povo? Será que o povo também mudou? Não. Londrina continua sendo a capital da oposição do Sul do País. A resposta, o Governo terá nas próximas eleições. Em Londrina ninguém tem medo do Governo, da máquina, das pressões.

Depois de sacudir o tronco forte do MDB, o Governo sabe que vai rastelar apenas as folhas secas e os frutos podres. O PMDB está revigorado, pois quem tem José Richa, Álvaro Dias, Hélio Duque, Osvaldo Macedo, Olivir Gabardo, Wilson Moreira, Dalton Paranaçuá, pode ter medo de eleições?

O povo das vilas e dos bairros em Londrina sabe o motivo que determinou a mudança do prefeito. Houve, é claro, a aliciação, pois sabemos que o Governador quer a Prefeitura de Londrina a qualquer custo, e o Prefeito é apenas um acessório. Mas o povo é sábio, inteligente. Ele vê, analisa e comenta. Ele sabe que as mudanças ocorreram por motivos muito fortes. Não por opção pessoal ou por ideologia. Dizem que o sinal-verde dos desmandos na Prefeitura de Londrina, apelidada pela sabedoria popular de "Palácio Eveready" foi a causa. Os tais "documentos reveladores" que a ARENA disse possuir, serviram agora para mudar o trilho do prefeito. Mas se o Governador somou quantidade, desgastou-se perante alguns correligionários que não aceitam aquele que foi laçado e amordaçado para formar em suas fileiras. E os descontentes prometem colocar os fatos à luz da verdade.

Hoje o Governador pode levar "números" ao Presidente. As lideranças de cabresto formam a grande maioria. Mas ficou o mais importante: o povo.

E para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, repito o que disse no início de lançamento do PMDB em Londrina: "O Governo fez um favor à Oposição do Paraná. Deu um purgante ao PMDB, e os todos os vermes foram eliminados". O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna hoje, para fazer um alerta e para que não passe em branco, por esta Casa, o lamentável incidente ocorrido esta manhã, no Bairro Tatuquara.

Sentimos bastante o ocorrido; lamentamos profundamente este fato que enloutou a vida do Paraná.

Vários trabalhadores foram pegos de surpresa, quando mais de cem quilos de dinamite acabou levando para os ares o pavilhão número 6, situado na chácara da Britanite, onde se fabricam os explosivos.

Dez elementos feridos foram recolhidos aos hospitais da cidade, e sete, foram mortos de forma inclusive bastante cruel.

Esses elementos estavam exercendo a sua profissão normal e foram colhidos de surpresa, quando estilhaços voaram para

Curitiba, quinta, em 6/3/80

todos os cantos, fazendo com que muitos ficassem feridos e outros fossem mortos.

Nós, há muito tempo atrás, levantamos essa questão na Câmara Municipal de Curitiba, quando então defendíamos uma cadeira de Vereador.

Na Câmara, fizemos diversos pedidos de informação à Prefeitura Municipal e aos órgãos competentes, procurando se colocar em prática uma rígida fiscalização para aqueles que lidam com materiais de explosão.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, inclusive uma das proposições, um dos requerimentos que encaminhei à Prefeitura, solicitando que disciplinassem, na ocasião, o transporte de materiais explosivos dentro do Município de Curitiba. Estabelecendo critérios, inclusive, para autorização do transporte e também determinando o trajeto da carga.

Como o assunto saiu de pauta e não foi mais notícia, sentimos um esvaziamento da questão. Várias vezes e os Anais da Câmara Municipal podem confirmar, levantamos a voz naquele Legislativo, procurando alertar para o fato.

Pedimos à Prefeitura Municipal que determinasse a transferência dos inflamáveis que se situavam no Bairro do Parolim para um local mais distante do centro da cidade.

Mas, até agora não fomos atendidos.

Soubemos, através do assessor legislativo da Prefeitura, que existe um preço para a saída daqueles inflamáveis daquele local. Mas até agora, nenhuma providência foi tomada.

E como o assunto agora está em pauta, quando sete vidas desapareceram com o acidente desta manhã, teremos esse assunto na ordem do dia, à baila, e a imprensa deverá comentar.

Não queremos ficar omissos, e queremos levantar nossa voz, daqui da tribuna desta Casa, dizendo que os Deputados estão preocupados com o assunto. E, tenho certeza que, todos unidos, vamos continuar investigando, fiscalizando e pedindo rigor nessas investigações.

Estou encaminhando à Mesa requerimento, pedindo que a Secretaria de Segurança Pública tome providências no sentido de levantar a situação das demais empresas que lidam com materiais de explosão. Ao mesmo tempo em que peço rigor nas investigações da explosão desta manhã, para que os culpados sejam punidos e a justiça seja colocada em prática.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendíamos vir à tribuna, no início dos trabalhos Legislativos, para uma análise eminentemente político-partidária.

Mas, um assunto que surgiu, nos leva a esta denúncia.

(Lê):

“A nebulosa negociação entre a COTRIGUAÇU e a OTSAR EMPREENDIMENTOS S/A, que culminou com a aquisição da área de um milhão de hectares na região de Aripuanã (Mato Grosso do Sul), feita através de expediente estranho, atípico e comprometedor, uma vez que a Central Cooperativista não comprou o imóvel mas assumiu a empresa vendedora, adquirindo o controle acionário da mesma, acaba de apresentar mais um capítulo interessante, e que merece a nossa análise e denúncia.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a difícil situação econômica-financeira que hoje vive a COTRIGUAÇU, em grande parte foi gerada pela referida negociação, pois implicou num investimento fabuloso, com compromissos comprometedores, até porque os 485 milhões de cruzeiros iniciais ajustados, presentemente ultrapassam um débito de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros, pois além de tomar dinheiro emprestado em Bancos para efetivar o negócio, a Central realizou operação de empréstimo em dólares, assumiu compromisso com juros e correção monetária, tornando por conseguinte, visível volume que alcançou a dívida.

Todos sabem, também, que faltavam quatro meses para vencer o prazo dado pelo Governo do Mato Grosso do Norte, através da COD EMAT (Companhia de desenvolvimento daquele Estado), à OTSAR S/A EMPREENDIMENTOS para que esta empresa efetivasse o projeto de colonização, sob pena de ser anulável a venda, com a reintegração do Estado na posse da área. Pois bem, com todo esse gravíssimo e invencível inconveniente, a COTRIGUAÇU celebrou o negócio, adquirindo as ações da OTSAR S/A e se responsabilizando pelas consequências.

O que surpreende, sobremaneira, é o fato de que quando da feitura do negócio, existiu incentivo de todo lado e boa vontade de muitos, principalmente de figuras expressivas do País. Vale lembrar a denúncia que já fizemos e que depois foi corroborada pelo depoimento na CPI do Cooperativismo, do ex-Presidente Roberto Wipych, da existência de tráfico de influência, do influente General Antônio Carlos da Silva Muricy, e outros cidadãos, para que se concretizasse o negócio. Bem como o agilizadíssimo empréstimo de 170 milhões de cruzeiros que à época o então Presidente do Banco do Brasil S/A, Carlos Rischbieter, liberou à COTRIGUAÇU e que em poucas horas foi autorizado o seu levantamento na agência do referido Banco em Cuiabá (Mato Grosso do Norte), numa rapidez invejável e incompreendida pelos que são usuários do Banco e conhecem a burocracia e demora na liberação de empréstimos. E o que é mais grave, sem as habituais garantias, pois o negócio foi feito com a COEMP - Cotriguaçu Empreendimentos e Participações Ltda., firma que fora criada para a feitura do negócio. Sendo estes talvez os motivos de até agora não ter sido executado tal compromisso existente com o Banco do Brasil S/A.

No entanto, quando o Sr. Roberto Wipych e a COTRIGUAÇU iniciaram o despertar do sonho megalomaniaco (próprio da atualidade democrática que vivemos), a Central ficou sozinha. Nem mais o BB, o General Muricy, o INCRA e outras forças, mesmo do Paraná ou de fora, se apresentaram para defender os interesses maiores dos cooperados e do Paraná. Pois até agora não se conseguiu convencer o Governo do Mato Grosso do Norte a ceder em sua pretensão de se reintegrar na posse ou receber mais de 400 milhões de cruzeiros para poder liberar a área à COTRIGUAÇU e esta, então, concretizar o empreendimento de colonização.

Acresce-se mais, pois as autoridades paranaenses têm sido acanhadas no trato desse assunto. Não tem havido uma intervenção sólida e decisiva, em que pese a gravidade do caso e seus volumosos prejuízos sociais e econômicos.

Talvez o Governador não tenha tido tempo para tratar desse assunto. Afinal, está preocupado e gastando tempo e oferendas públicas ao aliciar novos políticos ao seu PDS ou à ARENA com roupa nova.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a COTRIGUAÇU órfã dos influentes que estiveram com ela na aquisição da área, se encontra na encruzilhada: ou vende a terra de Aripuanã ou entrega a terra para escapar dos débitos. E começaram a surgir as propostas para aquisição, há 60 dias. Destacou-se a proposta, nada mais, nada menos, do que a do Grupo SHARP, multinacional que atua em diversos ramos da atividade econômica.

Será que se pretende promover mais uma concessão aos interesses estrangeiros? Ou quem sabe, já que temos um Projeto Jari no Norte, não custa ter um Projeto SHARP no Centro do País.

Até quando abusarão da nossa paciência, internacionalizando o resto que falta: o nosso solo, as nossas terras, o nosso futuro?

Afinal, para que o INCRA - que é um Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, se não faz colonização nem promove a reforma agrária?

Precisamos evitar a concretização dessa idéia de negociar

um milhão de hectares, não importa a que condições, caindo nas mãos do capital multinacional, sempre nocivo aos nossos superiores interesses. Por isso, nossa conclamação, através da remessa de telex requerido e que rogamos tenha aprovação dos Srs. Deputados.

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de TELEX à Secretaria de Estado da Agricultura, ao Governador do Estado, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Banco do Brasil S/A, ao Ministério do Interior, ao Ministério da Agricultura e ao Conselho de Segurança Nacional, solicitando a imediata intercessão dos mesmos para que a área de um milhão de hectares de terra na região do ARIPUANÃ, Mato Grosso, e pertencente à COTRIGUAÇU, não seja vendida a um grupo multinacional (GRUPO SHARP), viabilizando também a colonização pela Central.

Ocorreriam assim, graves conseqüências ao País e sua soberania, trazendo profundos reflexos negativos sobre o cooperativismo paranaense e brasileiro.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH"

Não nos cabe omitir quando sabemos que em questão de horas poderá ser sacramentada a transação, com suas nefastas conseqüências para a vida interna do País, e em especial aos interesses superiores dos agricultores brasileiros, que poderiam numa colonização feita por Cooperativa, com plena presença do Governo, numa promoção estrutural do empreendimento e assistência até sua final implantação, auxiliar na solução de parte do grave problema social hoje existente no País. Além de possibilitar aos nossos agricultores a aquisição de terras sem passar pelo voraz apetite lucrativo de colonizadores de grupos particulares, que estão assediando nossa região, bem como outras áreas brasileiras, promovendo colonizações sem qualquer preocupação social, e sim, exclusivamente econômica, além de apresentarem os maiores crimes ecológicos na região norte e centro-oeste do Brasil.

Por fim, todos sabemos dos efeitos maléficos que produzem os latifúndios, pois estes MULTIPLICAM AS BOCAS MAS NÃO MULTIPLICAM OS PÃES.

E todos sabemos que, ao Grupo SHAPR, que tem como um dos seus executivos o filho do Presidente Figueiredo, pretenderá, se deixar por sua vontade, retirar o homem que está ou pode vir a ocupar a área e lá colocar o boi, numa total inversão dos verdadeiros valores.

Contamos pois, com o apoio dos Srs. Deputados ao telex antes referido".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao que parece, o Parlamento começa este novo ano legislativo, trazendo problemass sérios nos setores econômicos, sociais, políticos e fundiários.

E não é só: por esta razão, Sr. Presidente, este largo recesso parlamentar, que esses problemas vêm emergindo no curso do tempo.

O Governo Federal anunciou, em reunião do Conselho Monetário Nacional, que aprovou ontem o Orçamento Financeiro Monetário para 1980. E pelo que se deduz das notas da imprensa, é de que os inquilinos do Palácio do Planalto têm em mente uma única preocupação: a dívida externa, e procuram disfarçá-la levando em conta o alto índice inflacionário nacional.

E tanto isto é verdade, que volta à sua carga de poder, especialmente para a produção agrícola e para o mercado ex-

terno, numa clara e indisfarçável luta para não ser declarada a falência legal do Brasil. Ocorre que a insolvência é inconteste, um fato consumado já há algum tempo neste País. E o Governo Central atropelado por fatores econômicos, financeiros, sociais e políticos, que ele mesmo criou, dá agora uma demonstração de incapacidade incontestável. E é uma espécie de cipóal que ele mesmo criou, neste arranha-gato do qual não pode sair mais.

E a política exclusivamente voltada para as exportações trata apenas de colocar acima de tudo os problemas financeiros econômicos, da instabilidade do mercado, da busca do dinheiro no mercado internacional, para a satisfação das suas necessidades. E daí vai gerando crises internas, decorrentes desse mesmo emaranhado, que vem gerando uma dificuldade para os setores primários e para os setores industriais. A busca de divisas, para o equilíbrio da balança de pagamento, tem levado as autoridades da área econômica, a tomar medidas que, a nosso ver, estupidamente erradas, sem verificar os grandes obstáculos que vêm gerando para a sociedade brasileira.

Recentemente, Sr. Presidente, através de uma política contencionista das importações, criou obstáculo intransponível para o setor madeireiro, sobretudo do sul do País, que na voragem de buscar divisas, impede a elevação da pauta das importações dos laminados produzidos no Paraguai.

E, diga-se de passagem, produzidos com a tecnologia nacional, pelos empresários nacionais, que se instalaram no País vizinho e de lá procuram beneficiar a sua pátria, através da venda para o mercado brasileiro.

Esse mercado brasileiro desdobra seus produtos, seja ele de laminados, exportando para a Europa e para a Argentina, fazendo com que o País, através deste mecanismo, aifira divisas para colaborar nesta política errada, atribulária que o governo criou, a chamada política de contenção das importações.

Os madeireiros, Sr. Presidente, estão reclamando de uma impostura que a CACEX está criando ultimamente. Era fácil o mecanismo de processar as guias de importação do Paraguai, através da Carteira de Crédito do Banco do Brasil.

Agora, por imposição delfiniana, essas concessões só se fazem através de Curitiba, e lá demorava no máximo quatro ou cinco dias. E hoje, já passam de vinte dias; há expectativa do setor madeireiro do oeste do Paraná. E o Governo, sobretudo o Governo do Paraná, preocupado, quem sabe em ajuntar para o seu canteiro os políticos menos avisados, se esquece das perspectivas econômicas, das perspectivas sociais e das perspectivas de estabilidade econômica da região oeste do Paraná e do sudoeste e do noroeste paranaenses.

Isto, Sr. Presidente, destoa até da política exportativa do Governo Federal e cria problemas que não têm mais solução, porque dobra as preocupações de todo o setor oeste, sejam eles vinculados com as empresas sediadas no Paraguai, sejam eles com as empresas vinculadas aqui no Brasil. E é preciso que tome uma medida urgente, Sr. Presidente.

E é exatamente por esta razão que estamos aqui, desta tribuna, reclamando um posicionamento do Governo do Estado para que, junto com o setor madeireiro, vá a Brasília solucionar esse impasse que está gerando crises agudas, quebras inclusive de empresas, e vai gerar problemas mais agudos que as enchentes, quem sabe, do Norte do Brasil, Sr. Presidente.

É necessário este apelo, e deixo aqui a preocupação não só do setor madeireiro, mas sobretudo das conseqüências que ele pode gerar num desequilíbrio indiscriminado na região, quem sabe afugentando mais brasileiros para outros países, quem sabe até para o Norte do Brasil.

Fica aí, Sr. Presidente, este apelo de todo o setor da região oeste do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expe-

Curitiba, quinta, em 6/3/80

diente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):
 “Reiniciados os trabalhos desta Casa Legislativa, já pude sentir que existe a preocupação de talvez alguns poucos Parlamentares, pela posição daqueles que se definiram pelo Partido Popular.

Entendi que deveria vir à tribuna para esclarecer certas dúvidas, no sentido de que aqueles companheiros com os quais tive o prazer de conviver na ARENA de roupa velha — já que a ARENA de hoje, segundo o ex-Presidente Geisel, é a ARENA de roupa nova —, esclarecer, dizia, de que na minha atitude não vislumbro nem de longe qualquer possibilidade de censura a quem quer que seja.

Entendo que cada um escolhe o caminho que melhor lhe convém, sabendo da sua convicção e sentindo-se capaz de justificar aos seus eleitores as razões do comportamento político.

Não pretendo, de forma alguma, criticar a atitude de nenhum dos meus companheiros políticos de ontem, que considero os amigos de ontem, de hoje e de amanhã.

Não vejamos pois, na análise que vou fazer, nenhuma observação pessoal.

Em 1974, obtive meu primeiro mandato nesta Casa pela legenda da ARENA.

E tudo fiz para honrá-lo, estando convencido que dei o melhor de meus esforços nesse sentido.

Via sempre na segurança e na austeridade do Presidente Ernesto Geisel, uma nova bandeira de esperança e acreditava que o País encontrasse o seu caminho, capaz de dar o bem estar que o povo tanto almeja.

Depois que Geisel deixou o Governo, a imagem presidencial se transfigurou.

O atual Presidente tem tido repetidas explosões que deixam uma grande faixa de insegurança na população.

Declarações contundentes — como aquela por ocasião do espantoso aumento da gasolina — em que o Presidente foi ríspido e seco ao dizer que não tomava medidas para o povo ficar contente ou descontente, mas sim, que tomava medidas que achava interessantes ao País.

E enquanto o povo não sabia se andava à cavalo ou não, o Presidente quase se “pegava no tapa com estudante catarinense”, ao mesmo tempo em que muita gente que ganhava o salário mínimo ficava sem saber o que era preferível: ganhar esse salário mínimo ou dar um tiro no ouvido.

Estou alinhando alguns fatos, apenas e tão somente para provar como a decepção e a desilusão podem ir minando as nossas resistências de fé e de esperança em alguma bandeira.

Na verdade, estamos vivendo a pior página da nossa História.

O povo brasileiro está aflito e angustiado, tendo em vista as terríveis dificuldades que experimenta a família brasileira.

Vivemos hoje uma galopante inflação, pior que a própria inflação de 1964, ou seja, da mesma inflação que na época foi uma das causas para o movimento revolucionário.

Quase 16 anos depois, a situação é pior, não obstante o tremendo sacrifício que a Nação inteira vem fazendo.

E muito pior que tudo isso, é que vivemos uma época em que nem os governantes acreditam no amanhã.

A crise energética minou todas as resistências, e a palavra de esperança do Governo é sempre a mesma: o povo deve apertar o cinto.

O povo deve andar à pé ou à cavalo. Delfim luta para que a inflação fique nos 45/50 por cento, como se isso fosse um bom resultado para a Nação.

E o bode expiatório, para tudo, continua sendo o petróleo.

O mesmo petróleo que por muito tempo vem justificando tantos erros.

Em última análise, a gasolina mais cara que encareceu o transporte e acabou encarecendo tudo.

A mesma gasolina de 81 centavos em 1973, e que já em 1977 custava 6 cruzeiros e que agora em novembro de 1979, subiu para 22 cruzeiros e 60 centavos, dando um índice de aumento, em seis anos, de apenas 2.700 por cento.

O que o povo quer saber é como pode a PETROBRÁS exportar de janeiro a setembro do ano passado, 443 milhões de litros de gasolina a 4 cruzeiros e 88 centavos.

São fatos dessa natureza que nos levam a pensar bastante no futuro da Pátria e na tranqüilidade do povo, mas não num povo de barriga vazia.

E todos sabemos que o desemprego hoje é alguma coisa assustadora.

O que realmente tem aumentado neste País, e a olhos vistos, é a fome, a miséria e o desemprego.

Vemos hoje as favelas proliferarem e o pobre virar miserável.

O fato realmente não é novo, mas se até ontem havia uma perspectiva mais ampla de acertos pela seriedade dos atos governamentais, hoje as coisas estão totalmente invertidas.

Graves denúncias aconteceram de corrupção, sem que os diretamente envolvidos delas se defendessem, como exigia a Nação.

A maxi-desvalorização do cruzeiro, continua a preocupar a Nação, pelos tais “vazamentos de informações”, cujos vazamentos foram apenas tampados, sem qualquer explicação.

No campo político, então, chegamos ao caos.

A pregação de uma co-gestão, quando na verdade o trabalhador está procurando mesmo é trabalho e melhores salários.

O episódio da sub-legenda — que todos sabemos representar a negação do partido político — que motivou um entendimento de alto nível entre as lideranças do Governo e Deputados e Senadores não alinhados.

Cumpriu-se no Congresso Nacional o acordo.

O que fez o Presidente da República, a Nação inteira sabe. Provou que a Democracia só cabia na abertura da boca. Não respeitou uma decisão política de quem deveria decidir e simplesmente rasgou um acordo dos seus líderes e assunto liquidado.

Ninguém piou. É o tipo de linguagem que não me serve. Atitudes dessa natureza é que fazem com que o povo passe a não ter fé nos seus governantes e a duvidar de tudo. E o curioso é que o então apenas Deputado Ibrahim Abi Ackel, era contra a sub-legenda.

Brigou contra a sub-legenda, chegando a ofender o então Presidente da ARENA, José Sarney (hoje Presidente da ARENA de roupa nova), taxando-o, segundo a imprensa, de farsante.

O mesmo Deputado que se preparava para ingressar numa das novas siglas da Oposição, e que acabou sendo levado para o Ministério da Justiça.

Antes de Ministro da Justiça, foi o nono signatário da Emenda Lobão, pela volta das eleições diretas para Governador.

Hoje o próprio Ministro acha inoportuna a mesma emenda que ele assinou. E o que disse o Ministro recentemente, faz corar os seus companheiros de partido no Congresso. Afirmou que é natural que os Deputados façam pronunciamentos liberais, mas na hora de dar o seu voto o farão “de acordo com a determinação do Governo”.

Começaram a surgir Deputados e Senadores governistas dispostos a votar com a Emenda Lobão, e parte o Governo para nova tática.

Envia nova emenda, pouco ampliada, para justificar ou o voto contrário à atual Emenda Lobão, ou, em última análise, a fuga do plenário, não dando “quorum” para votação.

O Senador Lomanto Jr., representante baiano pelo Partido do Governo, e que foi o Relator da Comissão Mista, dando parecer favorável à Emenda Lobão, acaba de afirmar que votará com

a emenda.

O Deputado Norton Macedo também do Partido do Governo, e Presidente da Comissão Provisória do Paraná, já declarou à imprensa que votaria com a emenda.

E assim tantos outros.

Aliás, a Nação está aguardando o comportamento dos seus deputados e senadores, pois se a matéria tem a assinatura da maioria dos Congressistas, e inclusive a assinatura do Ministro da Justiça, seria degradante que Deputados e Senadores votassem contra projeto de sua própria autoria.

Esses, são alguns aspectos, e poderia ficar horas e horas focalizando razões e mais razões para não mais acreditar em medidas que na verdade só estão condenando o povo e mais a fome, e mais miséria, mais desemprego.

De nada adianta a volumosa propaganda que os Governos Federal e Estadual estão desenvolvendo — especialmente pelas emissoras de televisão — para anestesiar o povo.

Será que essas formidáveis campanhas publicitárias dos Governos não custam nada? E se custam, tais recursos não estariam sendo desviados para a promoção do Poder, quando deveriam ser aplicados para matar a fome dos famintos e dar remédio aos pobres necessitados?

E quando se fala em aliciamento e pressões, que aliás são denunciadas no Brasil inteiro, o Governo grita que não e justifica que as adesões de prefeitos e parlamentares ocorre com espontaneidade.

Como no Congresso deverá dar entrada uma CPI para investigar tão momentoso tema, o melhor talvez seja aguardar.

Cada um de nós conhece um punhado de fatos vividos no interior e sabe que o medo de perseguições é o grande fantasma que anda perambulando pelo interior do Estado.

Falso ou verdadeiro, o fantasma do medo da perseguição existe.

Essas e muitas outras razões exigiam a minha definição.

Definição segura, de primeira hora, sem aconchavos e sem negociações.

Quando entramos no campo da Reforma Partidária, antes mesmo da sua aprovação pelo Congresso, já havia me posicionado: ficaria com o povo.

Admiti que minha primeira opção poderia ser o Partido Popular. Sua atuação no campo social me convence.

Reputo três tópicos como fundamentais: restabelecimento do poder aquisitivo e a estabilidade do trabalhador. Assegurar o ensino gratuito em todos os níveis. Implantação de um sistema nacional de saúde.

No campo político, são importantes as suas metas: eleições diretas em todos os níveis.

Se é chegado o momento da abertura e da democracia completa, é hora de acabar com todos os biônicos: senadores biônicos, governadores biônicos e Presidente da República biônico.

Fim da sub-legenda e da Lei Falcão. Plena liberdade de imprensa, sindicatos livres da tutela do Governo e convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Legalização da UNE e controle pelo Congresso, da dívida externa.

Na verdade, muito mais fácil seria acomodar-me ao lado do Poder, se minha preocupação agora fosse tão somente defender um mandato que não é meu e sim do povo. Daí então, ter decidido que haveria, isto sim, de usar realmente esse mandato em favor do povo, pois assim determinou minha convicção.

É evidente que quem pensa de forma diferente, deve agir de forma diferente. Eu contudo, formei essa convicção.

Convicção honesta, profundamente sincera.

Não é um jogo de palavras. Não é o blefe político que ultimamente tem sido a tônica do Governo. O blefe da sub-legenda. O blefe das eleições diretas inseridas no Programa do Partido e já repudiadas antes mesmo da organização definitiva do mesmo Partido.

E por último, o blefe das eleições municipais. Pregou o Governo que desejava as eleições este ano. No mesmo sentido, falaram os seguidores partidários.

A Oposição pagou o blefe para ver. O Governo se encolheu e passou a falar mais baixo. E agora, o que acontece?

O Governo, mais uma vez, para o desencanto da Nação, decidiu assumir a responsabilidade pelo adiamento das eleições municipais deste ano, instruindo o Deputado Alberico Cordeiro, de Alagoas, a pedir urgência para a Emenda Constitucional de autoria do Deputado Anísio de Souza, de Goiás.

Pelo menos é essa a notícia de primeira página da "Folha de São Paulo", de hoje.

O que desejo, em síntese, é que minha posição seja respeitada. Fui Governo enquanto nele acreditei.

Não posso continuar a sê-lo, apenas para ficar acomodado. Não nasci Deputado e nem tenho a pretensão de morrer Deputado, mas faço questão absoluta de — enquanto Deputado for — defender sempre o povo, e ter no bem estar do povo, a causa fundamental de minha atividade política.

Pretendo fazer uma Oposição tranqüila, séria, sem nunca partir para ofensas pessoais a companheiros desta Casa. Mas, confesso também, que responderei à altura aos que quiserem mudar as regras do jogo".

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o "SERVIÇO DE AMPARO E RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL — SARIAS", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/79, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ESQUADRÃO DA VIDA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Cavallari. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos com vistas à criação da comarca no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na localidade de São João do Itavó, Município de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a eletrificação da sede do Distrito de Siqueira Belo, Município de Barracão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz,

Curitiba, quinta, em 6/3/80

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, reivindicando a construção do acesso leste à cidade de Santa Izabel do Oeste, ligando a Rodovia Francisco Beltrão - Capanema à Rodovia Salto do Lontra - Santa Izabel do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, lido da tribuna, solicitando o envio de telex a diversas autoridades, encarecendo a intercessão das mesmas, no sentido de que não seja vendida a área de 1 milhão de hectares de terras na região do Aripuanã, Mato Grosso, e pertencente à COTRI-GUAÇU a um grupo multinacional. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de exercer rígida fiscalização em todas as empresas que trabalham com material explosivo, evitando desta forma novos fatos lamentáveis, que enlutam o Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, consubstanciado em apelo, no sentido de que, na proposta da nova Organização e Divisão Judiciária de nosso Estado, seja criada comarca com sede na cidade de Borrazópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e João Mansur, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo, no sentido de que seja criada comarca com sede na Cidade de Piraquara, com jurisdição sobre os Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Ministro da Justiça, à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e aos diretores das redes de televisão, pelo acordo de cavalheiros, ontem efetivado, no sentido de evitar a apresentação, principalmente antes das 21:00 horas, de cenas de desagregação familiar. — Em discussão.

O SR. FIORI LUIZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências com referência ao acesso de Tamarana, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre localização e pormenorização das 1980 salas de aula, anunciadas como tendo sido construídas neste último ano. — **Aprovado.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação. (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam;

10 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados Cumpre-me, nesta tarde, vir a esta tribuna, para dar conhecimento à Casa, do manifesto assinado por mais de uma centena de políticos, estudantes e empresários paranaenses, que resolveram, depois de muita análise, ingressar no Partido Democrático Social.

O manifesto diz o seguinte. (Lê):

"Aos Paranaenses:

A criação de novos partidos políticos, constitui uma exigência do próprio Direito, em cujo campo evolui a ciência política.

Em verdade, trata-se também, de uma imposição histórica, visto que, da maneira com que sempre foram usados os partidos políticos no Brasil, mormente após o "Estado Novo", jamais representaram eles as entidades fundamentais que deveriam ser para a prática da vida pública. O individualismo, ditado pela aberrante profissionalização de políticos, vem sendo colocado, e de maneira assustadoramente crescente, acima dos interesses coletivos.

Neste ponto, não há o que distinguir entre Oposição e Situação, donde resulta que o povo, o legítimo mandante em qualquer regime democrático, apenas assiste e entrega o seu voto, porém não participa, vivendo à margem das decisões nacionais.

A classe política desacreditou-se perante a opinião pública, porque lhe faltou, até o presente, a coragem de expor à Nação, com maior risco para os resultados eleitorais, que não há democracia sem participação direta ou indireta do povo, e que essa participação não se traduz somente no ato de votar, mas deve ser levada ao terreno prático.

Um povo politizado é a maior segurança que se requer para a estabilidade do regime democrático. E isso não somente com relação às infiltrações ideológicas de doutrinas que impõem governos autocráticos, comunistas ou facistas. Mas, também, no que diz respeito ao desmascaramento dos demagogos, dos agitadores, dos oportunistas e dos corruptos, que aviltam as eleições com a mentira, a infâmia, semeando o ódio entre as classes e praticando a barganha do voto pelo dinheiro ou poder de influência aos cabos eleitorais.

O partido ideal, pois, como instituição popular, não se constrói apenas oficializando-se uma denominação e uma sigla, em favor de um determinado número de filiados.

Partido político, na sua inteira concepção, será aquele que, acima de suas individualidades, reconheça e considere a realidade política brasileira e se disponha a lutar, com absoluta sinceridade, pela moderna democracia, pregando a equidade na aplicação das leis, as reformas de estrutura das instituições e fazendo imperar o equilíbrio social com a implantação do modelo econômico da justiça distributiva. O bem comum deverá ser o critério de formulação e revisão dos programas partidários, e seus membros nunca deverão esquecer que não são donos da verdade, mas que a possuem apenas parcialmente, e é na confrontação das diversidades de teorias e formulações políticas, criadas pelos mais diversos centros de difusão cultural da comunidade, que se dá o enriquecimento das opiniões, dos planos e dos programas, fruto então de um esforço nascido dos verdadeiros anseios sentidos na intrincada rede do organismo social. Isto é tanto mais nobre quanto se considera que a verdade, como tal, é um bem impessoal, e só a sua busca sincera deve pautar o comportamento dos políticos nas refregas e nos embates que se travam pelos cenários das assembleias populares.

No Brasil, sempre se adotaram soluções simplistas, criando-se leis para combater os efeitos sem que antes fossem

atacadas as suas causas. Os resultados negativos não se fizeram esperar, e aí estão, estampados no mal sucedido ensaio da reforma agrária, nos "bóias-frias", no combate à corrupção e à violência, no meio-ambiente, nos acidentes de trânsito, no fundo de garantia, nas reformas constitucionais, na reforma do judiciário, na reforma do ensino e na inflação.

Nenhuma sociedade sobreviverá em meio a tantos problemas, se ela própria não tiver pelo menos consciência parcial de que a cada um de nós compete uma parcela de trabalho desinteressado em favor da Nação — povo e território, e porque não dizer, em favor da Pátria, que exige de seus filhos uma paixão austera pelo bem comum.

Essa participação, assegurada por uma Constituição elaborada por representantes eleitos num regime de democracia social e pluralista, em que ao lado dos partidos políticos, as demais instituições, entidades representativas de todas as classes trabalhadoras e empresariais, Igreja e Universidade, iniciem a patriótica tarefa de construir uma Nação livre e independente.

Nesse objetivo, logicamente, se delineiam princípios políticos e básicos a orientarem a condução do poder público nas diversas áreas de atuação, precipuamente no tocante à adoção de modelos econômicos, culturais, militares e políticos.

Antes de tudo, nada obstante, é mister que se tenha em conta que essas áreas de atuação se relacionam inextricavelmente e que toda interferência numa delas se reflete em graus diversos de intensidade nas demais. Porque umas existem em função das outras, sendo que todo o conjunto visa a construção do bem comum. Todo o seu ser e existir, por conseguinte, estão condicionados e dirigidos pelos valores considerados como prioritários pelos que conduzem a vida pública. A tais valores corresponde também logicamente uma infinita gama de interesses a serem assumidos e atendidos pela política governamental. Aqui reside o risco de se colocar um ou alguns desses interesses acima do bem comum, ou identificá-los entre si, ou ainda alijar, legítimos interesses dos governados da preocupação do governo.

Pelo contrário, este deverá promover uma equânime hierarquização de todos aqueles interesses, segundo os critérios fornecidos pelos valores ditos prioritários, dimanados da concepção do bem comum, que jamais se confundem com o bem do partido, cujos representantes assumiram o poder.

Importa conceber tudo isso englobadamente, a fim de evitar abstrações que podem até cair no plano do anedotismo e da fantasia.

A primeira tarefa é elaborar o conceito de *bem comum* a partir do próprio homem e do próprio povo, dos quais e para os quais o Estado é criado. O bem do povo, portanto, deve assumir um sentido superior e concreto, construído através de um diálogo aberto com ele próprio — o povo — reconhecida e exclusivamente dono de seus caminhos e de seu próprio destino.

Como se disse anteriormente, a verdade é impessoal, de vez que, a partir do momento em que é concebida e divulgada, passa a ser um bem coletivo, fruível por todos. Ora, há certas verdades que consubstanciam conquistas da humanidade mesma, em seu progresso cultural através dos séculos, no sentido de aprimoramento das civilizações. Destarte, para um partido político que pretenda trabalhar seriamente para a reforma substancial do panorama político nacional, deverá transparecer como inquestionável:

- que o povo e somente ele, tem o direito de traçar os rumos da sua história;
- que não se realiza verdadeiramente o bem do povo cerceando-lhe a liberdade, por ser este um bem primário que ele e cada indivíduo necessitam, para alcançarem a sua realização como comunidade e como pessoal que nela se integra, respectivamente;
- que, por isso, o regime democrático deve sobrevi-

ver e se fortalecer, através da procura e do desenvolvimento de novas energias, sobretudo no que tange a uma conscientização política do povo voltada a uma correta participação dos cidadãos na vida da comunidade;

- que se deve fazer prevalecer no plano econômico princípios políticos verdadeiramente humanos, ou seja, que respeitem o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, máxime no que respeita à justa remuneração do trabalho e equitativa distribuição das riquezas nacionais, tudo ainda em conformidade com o princípio da destinação universal dos bens terrenos, assente nas encíclicas da Doutrina Social da Igreja;

- que a dignidade do ser humano é um valor inviolável em suas diversas projeções, e que tem de ser respeitada sempre e sob quaisquer condições;

- que toda autoridade e poder público existem para o serviço do bem comum, e jamais podem menosprezar os verdadeiros interesses da comunidade a plano inferior;

- que se deve buscar a todo custo um clima de conciliação e diálogo entre as classes, evitando-se os subterfúgios das manobras politiquês e afastando-se o clima de luta entre as classes, que vulnera os menos avisados à infiltração das ideologias extremistas.

Destarte, sem que se possa relegar em sua importância vital os justos interesses das classes empresariais, o trabalho deverá ser colocado como o mais importante meio de dignificação do homem e, portanto, acima do *capital*. Do contrário, far-se-ia a adoção da lei do mais forte, ensejando um estado de exploração dos menos afortunados.

Donde se conclui que o ambiente de conciliação deverá se consubstanciar nos princípios da justiça social, visando concretamente proporcionar a toda pessoa integrante do corpo social as condições materiais mínimas para que possa se desenvolver, garantindo-se-lhe acesso aos benefícios do progresso e da cultura.

Estes, em síntese, os princípios perfilhados pelos signatários do presente documento, e que constituem, também, as razões que ditaram o seu ingresso nas fileiras do Partido Democrático Social — PDS.

E isto, pela confiança que emana de sua estruturação programática, voltada para a implantação de uma democracia pluralista, e de sua Direção no Paraná, que asseguram a defesa e a consecução de objetivos assentados em tais princípios, seja no âmbito estadual, seja na esfera nacional"

Curitiba,

Neste documento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além de uma centena de assinaturas, estão as do suplente de Senador, Enéas Faria, do Deputado Federal Antônio Martins Abibelli, dos ex-Deputados Muggiati Filho, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Cândido Martins de Oliveira, Walter Pietrângelo, Jorge Sato, Seme Scaff; dos Prefeitos José Carlos Gozalan, de Xambrê, Antônio Fuentes Martins, de Floresta, dos suplentes de Deputados Hélio Dalavechia e Alípio Lela, do ex-Vereador de Curitiba, Miguel Nasser Filho, além de um grande número de estudantes e representantes de várias classes sociais de nosso Estado. O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Antônio Facci, creio que posso, neste instante, representar a opinião dos componentes da Comissão Provisória do Partido Democrático Social, para saudar Vossa Excelência, após a sua manifestação de ingresso no novo Partido, liderado pelo Presidente João Figueiredo, e no Estado do Paraná, pelo Governador Ney Braga.

Tivemos a oportunidade de conviver com Vossa Excelência durante os quatro anos de mandato passado, e sabemos que Vossa Excelência usa o seu mandato e a sua tribuna, para realizar aquilo que nós, do PDS, também propugnamos: o atingi-

Curitiba, quinta, em 6/3/80

mento do bem comum.

Por isto, Vossa Excelência tenha a certeza de que estará em casa com os seus novos companheiros, e todos nós estamos dispostos a ajudar Vossa Excelência e ao grupo expressivo de lideranças políticas do Estado do Paraná, que hoje, numa memorável decisão, resolveram ingressar no PDS, e pudemos, nós que lá estivemos, sentir que o Governador Ney Braga que pretendia fazer do PDS um partido aberto, um partido de permanente canal de comunicação com o povo paranaense, haverá de ceder a este grupo que Vossa Excelência representa nesta tarde, o espaço político necessário, para que nós tenhamos realmente um partido ágil, e um partido disposto a enfrentar as pugnas eleitorais, tendo como escudo, a verdade, e como filosofia, o atingimento do bem comum.

Meus parabéns pela sua decisão, e quero, nesta Casa, ao tempo em que saúdo Vossa Excelência como novo integrante do PDS, lamentar tanto quanto me alegro que Vossa Excelência esteja ao nosso lado, partilhando dos mesmos sonhos e das mesmas aspirações, e também lamentar, e é em termos pessoais que faço e tenho a certeza que em termos de partido e de bancada, não estejamos com três eminentes Deputados como Paulo Camargo, Dácio Leonel e João Elísio Ferraz de Campos.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

Entretanto a Mesa, regimentalmente, lhe concede mais quinze minutos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Tem a palavra o Deputado João Mansur.

O Sr. João Mansur — Com a extinção dos partidos políticos, ARENA e MDB, abriu-se aos políticos do Brasil, a oportunidade para que, cada um, depois de um exame de consciência, depois de sentir as suas bases, optarem pelas novas agremiações que estão sendo criadas e assim, nesta Casa, nós tivemos eminentes companheiros que optaram pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pelo Partido Popular, pelo PMDB e Vossa Excelência optou pelo PDS.

Quero, nesta tarde, congratular-me com Vossa Excelência, e dizer que a nossa bancada está de parabéns quando pode contar com o valor de um homem com uma larga folha de serviços já prestados à causa pública, através da Prefeitura de Maringá, e se nosso partido está de parabéns, também o está o Município de Maringá.

Maringá que já no passado contou com dois Deputados que representavam aquele município junto ao Governo do Estado, e que na atual Legislatura não contava com nenhum representante junto ao Governo, contará de hoje em diante, com um Deputado que conhecemos, um Deputado que o Paraná aprendeu a reconhecer, no seu trabalho honesto, perseguindo sempre os objetivos comuns, que é o de levar ao povo do seu município, melhores dias e melhores condições.

Vossa Excelência, como os demais companheiros que ocupam esta Casa, optaram livre, independentemente pelas legendas que entenderam a melhor. Por isso, nobre Deputado Antônio Facci, Vossa Excelência, como bem disse o Deputado Luiz Alberto Oliveira, "será recebido de braços abertos na nossa bancada, e estarei pessoalmente à disposição de Vossa Excelência, para, percorrendo todas as Secretarias de Estado no primeiro contato com os Secretários que integram a máquina administrativa do Estado, a fim de que Vossa Excelência possa ir já, se situando dentro dos problemas que afligem os municípios que Vossa Excelência ira agora representar junto ao Governo do Estado.

E tenho a certeza, terá a acolhida de todos estes homens que integram o Governo de Ney Braga, e Maringá novamente terá, junto ao Governo do Estado, um Deputado independente e que lutará pelas suas causas.

Portanto, nobre Deputado, receba nesta oportunidade

o meu abraço, os meus votos de congratulações, e transmita aos companheiros que integram este bloco o nosso abraço, e diga aos mesmos, em nome da nossa bancada, que estaremos aqui, na linha de frente, Vossa Excelência que vem de um partido de oposição, mas que comunga dos mesmos objetivos e dos mesmos ideais conosco, porque o que todos nós queremos são dias melhores ao Brasil e ao povo brasileiro.

O que lamento, nesta oportunidade, Deputado, é o desrespeito com que os seus ex-companheiros o trataram, esvaaziando a bancada e este Poder Legislativo.

Quando, um companheiro como Vossa Excelência, que com tantos anos e com tanta bravura, defendeu as teses da Oposição nesta Casa e o Paraná.

Mas, deixo aqui, nobre Deputado, o meu abraço, e a partir de segunda-feira, serei um soldado seu, para ajudá-lo nesta iniciação, nesta sua nova caminhada, em favor de Maringá e em favor dos municípios que, tenho certeza, Vossa Excelência tão bem há de representar aqui neste Parlamento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado João Mansur, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que me apartearam, agradeço a acolhida que estou tendo.

Sempre mantive com a bancada situacionista nesta Casa, o maior dos respeitos, o maior dos relacionamentos, como sempre estive na bancada da Oposição desta Casa, por cinco anos, enquanto vigia o bipartidarismo com tranqüilidade, conduzindo todos os meus pronunciamentos e posicionamentos visando antes o povo paranaense. Depois, isto sim, brigando por posições que pudessem favorecer o Partido.

Que entendo, como dissemos neste documento, que o partido político tem que exercer o papel em favor do povo, fazer com que as reivindicações populares ressoem neste Parlamento.

Jamais, nenhum eleitor, a não ser os extremistas, e são poucos, vota em candidato, vota em um Deputado para que assoma a esta tribuna para masturbarem-se com críticas que jamais podem provar, ou para bater palmas aqui, fazer festa da tribuna, defendendo a reforma agrária às vezes, quando na sua vida particular estão a disputar palmas a mais de terra, em favor de suas pessoas, de suas famílias.

Sou um homem pobre, sempre fui e continuarei sendo porque não sei ganhar dinheiro, aprendi fazer política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há nada que lamentar a saída das bancadas da Oposição ou da bancada da Oposição que se retirou do plenário. Este é um gesto característico daqueles que não entendem que estamos vivendo neste País uma nova realidade política. Um gesto característico daqueles que preferem, quanto pior, melhor; que preferem continuar falando no interior, sem ter que realmente prestar serviço à causa que se propuseram nos palanques.

Não há, portanto, que se lamentar; com a mesma assiduidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que mantive nesta Casa durante os cinco anos que aqui estou, estarei agora nos restantes três anos de meu mandato, firme e disposto a não correr de balelas; firme e disposto a defender os mesmos ideais; sempre propugnamos por eleições diretas, e elas estão aí. Falamos em favor da anistia: ela foi concedida. Dissemos que preso político não podia existir, e dizia bem o Presidente Figueiredo: lugar de brasileiro é no Brasil, e no Brasil estão todos, falando o que querem, o que pensam, pregando as suas idéias. Porque não dar também aos homens da Oposição e aos políticos deste País um crédito de confiança? Ou será que é só a Oposição que fala a verdade? Ou será que nós que estávamos na Oposição ontem, em função de um estado de coisas vigentes no País, que ninguém concordava. Não temos a sensibilidade agora de entender que os tempos são outros. Que o Brasil está aberto, que nós temos agora oportunidade para usar todos os veículos de comunicação e estar nos bairros, nas ruas, e até ouvir companheiros nossos pregar que está na hora de fazer guerrilhas, porque

agora está aberto?

Srs. Deputados, se há tanta liberdade, precisa haver mais; tem que realmente acabar com a Lei Falcão. Tem realmente que acabar com outros ainda esquemas de segurança no País. É preciso que o povo fale, mas é preciso ainda mais, e me permitam, Srs. Deputados do PDS, partido que agora me filio, é preciso a nossa presença efetiva nessa tribuna e corajosa, sem desrespeitar os homens da Oposição, mas dizendo as verdades desta tribuna, e por todo lugar onde andamos. Porque muitas vezes são os próprios homens da Situação que colocam para o povo que tudo está mal.

Nós entendemos que um partido político está todo ele engajado num programa. Dizer-se que o programa do PDS é irreal, quem é que bota em prática um programa partidário? São os homens que o compõem. Ou nós temos coragem de entender e de assumir uma posição diante de um programa bom e avançado, como é o programa do PDS.

Pegar este programa e levar à prática, como todo esse grupo resolveu, estudando todos os programas, assumir esta posição; ou nós então queremos fazer política de mentirinha.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Facci, que ocupa a tribuna, antes de entrar no aparte propriamente dito, quero lembrar aqui que todo o homem que se propõe a ser político, a defender parte de um povo ou uma comunidade, deve estar com a consciência de que vai se expor à críticas muitas vezes infundadas e muitas vezes injustas. E é com esta consciência que creio que todos os Deputados, independente de Partido, aqui estão.

Deputado Facci, em meu nome próprio, e em nome da bancada que hoje temporariamente estou representando, quero me parabenizar com Vossa Excelência, pela corajosa decisão de entrar num partido que condiz com o seu ideário e com a sua consciência; que condiz com a sua conduta de bem servir os seus amigos e as comunidades que representa.

Porque, mesmo no Partido que anteriormente Vossa Excelência defendia, nós fomos testemunha direta do comportamento extraordinário de Vossa Excelência, zelando pela ética com os companheiros, zelando pelo Regimento desta Casa, zelando pelas decisões que eram do interesse do povo; fazendo críticas quando necessárias, mas ao mesmo tempo, dando pareceres, como eu fui testemunha, e dando a sua palavra e até o seu voto a favor das decisões que estavam acima dos interesses partidários.

E por isso nós já esperávamos, Deputado Facci, que Vossa Excelência, com o comportamento que sempre teve, viesse hoje abrilhantar a Bancada do PDS.

Nós encaramos que não houve mudança de partido, isto já foi dito. É um direito que assiste a todo o Parlamentar e a todo o político, desde a hora em que se extinguíram os partidos existentes legalmente, nós pudéssemos assumir a agremiação que bem conviesse.

E eu repito aqui as palavras ainda hoje proferidas pelo Deputado Dácio Leonel, que disse, de início, que deve se respeitar a decisão de todos aqueles que tomaram o caminho que lhe convém.

E Sua Excelência, como eu, que pertencia anteriormente à Aliança Renovadora Nacional, hoje pertencço ao Partido Democrático Social.

Mas, a bem da verdade, todos os Parlamentares aqui ingressaram numa nova agremiação. E por isso ninguém tem o direito de atirar pedras em alguém que aceitou uma agremiação para servir o seu povo e atender a sua consciência.

Vossa Excelência tomou atitude corajosa, como os demais companheiros que assinaram conosco este manifesto. A Vossa Excelência e a todos eles, quero me parabenizar agora, pela coragem, pela decisão, e tenho certeza de que com a conduta política de homens probos que sempre foram, saberão defender

a agremiação política que abraçaram, respeitando a todas as outras decisões. Porque acho importante e necessário, imprescindível, que um homem que se propõe a ser homem público ele saiba, acima de tudo, respeitar a condição do seu companheiro, quando ele assume por interesses do povo.

E quero relembrar aqui também, as palavras proferidas pelo eminente Companheiro João Mansur, que protestou contra a atitude da bancada a que Vossa Excelência anteriormente pertencia, se retirando do Plenário. Eu não creio que esta é uma medida que podemos encarar que contribua e colabore com o aperfeiçoamento democrático desta Nação.

Se todos nós queremos a democracia, se todos nós queremos uma abertura, é preciso então sabermos reconhecer as decisões dos nossos semelhantes e, acima de tudo, aceitarmos o diálogo com coragem, debatendo e defendendo as nossas idéias e acima de tudo, o interesse do povo.

Termino este aparte, Deputado Facci, dizendo que a bancada do PDS está altamente valorizada com o ingresso de Vossa Excelência, de todos os outros companheiros que ingressaram e também destes que assinaram conosco este corajoso manifesto que considero de interesse e de valor para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, agradeço o aparte do Deputado Augusto Carneiro, fazendo, no entanto, uma pequena observação: a bancada a que pertenci, não existe mais nesta Casa.

Eu pertenci à bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que foi extinto a pedido do próprio MDB. Porque quem pregou neste País, e pregamos juntos o pluripartidarismo, foi a Oposição, toda a Oposição brasileira entendia que o bi-partidarismo era irreal. Nós entendíamos assim, os Srs. Deputados também o entendiam.

Portanto, não há porque preocupar-me com esta ou aquela atitude de determinados Deputados.

Sei que os homens que pertencem hoje ao PMDB, muitos deles saíram do plenário constrangidos, porque, um ou outro levanta-se, pede para se retirar e sai, por solidariedade. Outros, eu sei, irão ao meu gabinete, hoje ou amanhã, dizer que foi feito isso em função de uma bancada.

Respeito perfeitamente essa posição.

Não pedi a eles para ouvirem o meu pronunciamento. Não fiz nenhuma solicitação especial a nenhum Deputado da Bancada do PMDB, que permanecesse nesta Casa para ouvir o meu pronunciamento.

Pretendia, pura e simplesmente, ler um manifesto que foi dado a conhecer ao Paraná e ao Brasil, de posicionamento de um grupo de homens dispostos a enfrentar dificuldades, muitos deles porque vinham realmente da Oposição.

Mas, entendendo a nova realidade político-partidária no País, viram a possibilidade de, ingressando no PDS, desenvolver um trabalho em favor de seu Estado e de sua Pátria.

Lamento não poder conceder os apartes que estão sendo solicitados, porque o Presidente me anuncia que meu tempo está esgotado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico efetivamente feliz em saber que estou ingressando numa bancada que tem toda condição, neste plenário, de desenvolver um trabalho sério em favor do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque). Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão